



CONTRATO Nº 7/2024/GM
PROCESSO SEI Nº 52315.000029/2024-27

CONTRATO DE DESEMPENHO CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS – MDIC E O INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA – INMETRO, COM INTERVENIÊNCIA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA E DO MINISTÉRIO DA GESTÃO E DA INOVAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS.

A UNIÃO, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, doravante designado MDIC, neste ato representado pelo seu titular, Ministro e Vice-Presidente da República, GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN FILHO, portador da Carteira de Identidade nº *.**7.954-*, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº ***.149.068-**, nomeado pelo Decreto s/n de 1º de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial da União de 1º de janeiro de 2023, seção 2 - Edição Especial, p. 2, e o Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia, doravante designado INMETRO; neste ato representado por seu Presidente MÁRCIO ANDRÉ OLIVEIRA BRITO, portador da Carteira de Identidade nº ***4311- expedida pela SSP AM, inscrito no CPF sob o nº ***.887.922-**, nomeado pela Portaria nº 1.956, de 7 de março de 2023, do Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República, publicada no Diário Oficial da União de 8 de março de 2023, Edição 46, seção 2, p. 1; figurando como intervenientes neste ato o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, doravante designado MGI, neste ato representado pela Ministra de Estado ESTHER DWECK, portadora da Carteira de Identidade nº ***6380**, expedida pelo IFPRJ, inscrito no CPF sob o nº ***.525.207-**, nomeada por meio do Decreto s/n de 1º de janeiro de 2023, Seção 2 - Edição Especial, p. 2, o Ministério da Fazenda, doravante designado MF, neste ato representado pelo Ministro de Estado FERNANDO HADDAD, portador da Carteira de Identidade nº ***75235-*, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº ***.331.178-**, nomeado por meio de Decreto s/n, de 1º de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial da União em 1º de janeiro de 2023, Seção 2 - Edição Especial, p. 2, resolvem firmar o presente Contrato de Desempenho, com base na Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973; na Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999; na Lei nº 13.934, de 11 de dezembro de 2019, na Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023; no Decreto nº 11.427, de 2 de março de 2023; e no Decreto nº 2.487, de 2 de fevereiro de 1998, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FUNDAMENTOS DO CONTRATO

O presente CONTRATO é firmado com fundamento nas seguintes disposições legais ou normativas:

- I - Lei nº 5.966, de 11 de dezembro de 1973;
- II - Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998;
- III - Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999;
- IV - Lei nº 13.934, de 11 de dezembro de 2019;
- V - Lei nº 14.600, de 19 de junho de 2023;
- VI - Decreto nº 11.427, de 2 de março de 2023;
- VII - Decreto nº 2.487, de 2 de fevereiro de 1998; e
- VIII - Decreto nº 2.488, de 2 de fevereiro de 1998

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DEFINIÇÕES

Para os fins deste CONTRATO são adotadas as seguintes definições e abreviaturas:

- I - MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços;
- II - SE – Secretaria Executiva do MDIC;

III - INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia;

IV - MF – Ministério da Fazenda;

V – MGI - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos; e

VI) - CAA – Comissão de Orientação, Acompanhamento e Avaliação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato de Desempenho tem por objeto definir relações e responsabilidades entre os signatários, constituindo-se em instrumento de acompanhamento e avaliação do desempenho institucional da entidade, para efeito de supervisão ministerial, em especial no que se refere:

I - A fixação de objetivos, metas e indicadores de desempenho a serem alcançados pelo INMETRO; e

II - As medidas de organização administrativa que ampliem a autonomia de gestão do INMETRO durante a vigência do presente Contrato, em função de sua qualificação como agência executiva.

CLÁUSULA QUARTA - DO PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho a ser executado pelo INMETRO, no âmbito do presente Contrato, Anexo II, é parte integrante deste Instrumento, independentemente de transcrição e observará o seguinte:

I - O Plano de Trabalho contém as seguintes informações: objetivos, indicadores e metas de desempenho a serem alcançados pelo INMETRO;

II - A revisão do Plano de Trabalho ocorrerá anualmente em reunião com a CAA ou caso haja situação extraordinária que a justifique, conforme a Cláusula Décima Terceira;

III - O Plano de Trabalho deve ser compatível com a programação do Plano Plurianual e da Lei Orçamentária Anual para o exercício correspondente, conforme Demonstrativo de Compatibilidade constante do Anexo V.

Subcláusula Única: Para efeito do disposto no inciso III desta Cláusula, o cumprimento do disposto no § 5º do art. 3º do Decreto nº 2.487, de 2 de fevereiro de 1998, será entendido como definição de orçamento e metas anuais os dados contidos nos Projetos de Lei Orçamentária Anual (PLOA), encaminhados pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional, para os exercícios de 2024 a 2026.

CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES DO INMETRO

Constituem responsabilidades do INMETRO:

I - Alcançar as metas de desempenho e cumprir os objetivos estabelecidos no Plano de Trabalho do Contrato de Desempenho, Anexo II;

II - Promover a disseminação interna dos termos do Contrato de Desempenho e o comprometimento do corpo funcional do INMETRO com a execução do Plano de Trabalho;

III - Disponibilizar, tempestivamente, informações que lhe forem solicitadas relativas à execução deste contrato;

IV - Assegurar o alinhamento, o desdobramento e a operacionalização do Plano de Trabalho do Contrato de Desempenho no planejamento interno;

V - Dispor de mecanismos que estimulem o controle social do desempenho institucional e dos resultados alcançados pelo INMETRO na execução do Contrato de Desempenho;

VI - Propiciar os meios internos para o gerenciamento do Contrato de Desempenho, que assegurem a orientação, a coordenação e o acompanhamento necessários à execução do Plano de Trabalho do Contrato de Desempenho e permitam, inclusive, a adoção de medidas corretivas, quando pertinentes;

VII - Propor a renovação deste Contrato, na forma do disposto na Cláusula Décima Quinta;

VIII - Dispor de plano de melhoria ou inovação da gestão em andamento, que defina diretrizes, políticas e medidas de desenvolvimento institucional e de adoção de práticas de gestão por resultados; e

IX – Dar publicidade, em seu sítio eletrônico, a este Contrato e instrumentos relacionados, bem como aos resultados alcançados.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES DA UNIÃO POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS - MDIC

Constituem responsabilidades do MDIC:

I - Estruturar processo interno para o acompanhamento, a avaliação e a supervisão do presente Contrato de Desempenho e prover os meios necessários à sua execução, em sua esfera de competência;

II - Designar a Secretaria Executiva como órgão da sua estrutura regimental para exercer as competências de acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, assim como avaliar os resultados obtidos;

III - Instalar e coordenar Comissão de Orientação, Acompanhamento e Avaliação do Contrato de Desempenho, na forma da Cláusula Nona;

IV - Propor a inclusão dos créditos orçamentários pactuados pelos signatários para a execução do Plano de Trabalho na proposta da Lei Orçamentária Anual encaminhada ao Congresso Nacional; e

V - Demandar, quando necessário, a ampliação das autonomias de gestão orçamentária, financeira, operacional e de recursos humanos aos Ministérios da Fazenda e do Planejamento e Orçamento.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DOS MINISTÉRIOS INTERVENIENTES

Constituem responsabilidades do Ministério da Fazenda e do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, na qualidade de intervenientes:

I - Prestar orientação técnica ao MDIC e ao INMETRO nos processos de negociação, execução, acompanhamento e avaliação do Contrato de Desempenho;

II - Prestar orientação técnica ao INMETRO, no âmbito de suas competências legais, quanto ao usufruto das medidas de ampliação da autonomia de gestão dispostas na Cláusula Oitava deste instrumento;

III - Acompanhar e avaliar as medidas de ampliação da autonomia de gestão, dispostas na Cláusula Oitava, sobre os resultados obtidos pelo INMETRO;

IV - Analisar, discutir e revisar, no seu âmbito de atuação, as medidas de ampliação de autonomia de gestão propostas para o INMETRO tendo como premissa o aperfeiçoamento do modelo de contratualização na Administração Pública;

V - Avaliar, no seu âmbito de atuação, a edição de medidas de organização administrativa específicas para as Agências Executivas, de que trata a Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, Art. 52, visando assegurar a sua autonomia de gestão com vistas ao o cumprimento dos objetivos e metas definidos neste Contrato;

VI - Subsidiar o MDIC na avaliação conclusiva sobre os resultados alcançados, por ocasião do termo final do contrato de desempenho, conforme Decreto nº 2.487, de 02 de fevereiro de 1998, Art. 4º, § 7º; e

VII - Indicar membros titular e suplente para a composição da Comissão de Orientação, Acompanhamento e Avaliação (CAA) na forma da Cláusula Nona.

CLÁUSULA OITAVA - DAS MEDIDAS ADMINISTRATIVAS DE AMPLIAÇÃO DA AUTONOMIA DE GESTÃO

O INMETRO terá ampliada sua autonomia de gestão orçamentária, financeira, operacional e administrativa, por meio das seguintes medidas:

I - Não se aplicarão ao INMETRO os limites anuais para realização de serviços extraordinários de que trata o Decreto nº 948, de 5 de outubro de 1993, e nº 3.406, de 6 de abril de 2000, desde que previamente atestada a existência de recursos orçamentários disponíveis, devendo o Inmetro estar preparado para apresentar justificativa sobre a necessidade da realização do serviço, sempre que solicitada;

II - Fica o INMETRO dispensado da celebração de termos aditivos a contratos e a convênios de vigência plurianual, quando objetivarem unicamente a identificação dos créditos à conta dos quais devam correr as despesas relativas ao respectivo exercício financeiro; e

III - Fica delegada ao Presidente do INMETRO competência para:

a) aprovação ou readequação de sua estrutura regimental, mediante ato normativo do MDIC publicado no Diário Oficial da União, desde que não haja aumento de despesas e seja mantido o quantitativo de cargos destinados à entidade, além de observadas as disposições específicas previstas em lei;

b) revisão do Regimento Interno do INMETRO;

c) autorização para concessão de diárias, passagens e locomoção dos servidores da instituição, incluindo afastamento com e sem ônus do País observadas as normas a respeito;

d) edição de regulamento próprio de avaliação de desempenho individual dos seus servidores, conforme art. 5º do Decreto no 2.488, de 2 de fevereiro de 1998, cujos resultados poderão ser considerados para efeito de progressão funcional dos mesmos, observadas as disposições legais aplicáveis a cada cargo do Plano de Carreiras e Cargos do INMETRO;

e) nomeação, designação e dispensa de servidores do INMETRO para ocuparem os Cargos Comissionados Executivos (CCE) iguais ou inferiores ao nível 13 e as Funções Comissionadas Executivas (FCE) iguais ou inferiores ao nível;

f) regulamentação do registro de assiduidade e pontualidade de seus servidores, inclusive os ocupantes de Cargos Comissionados ou Funções Comissionadas;

g) fixação de limites específicos, aplicáveis ao INMETRO, para concessão de suprimento de fundos para atender a despesas de pequeno vulto, prevista no inciso III do art. 45 do Decreto no 93.872, de 23 de dezembro de 1986, observadas as demais disposições do referido Decreto;

Subcláusula Primeira: O INMETRO publicará, no Diário Oficial da União:

I - Os dados relativos a número, valor, classificação funcional, estrutura programática e de natureza da despesa, correspondentes à nota de empenho ou de movimentação de créditos, de que trata o inciso II desta Cláusula; e

II - A eventual readequação de sua estrutura regimental e correspondente revisão do Regimento Interno, de que tratam,

respectivamente, as alíneas "a" e "b" do inciso III desta Cláusula.

Subcláusula Segunda: Ao INMETRO são reservadas as autonomias referidas nessa cláusula e aquelas concedidas mediante outros normativos desde que não conflitantes com as autonomias presentes neste contrato.

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA AVALIAÇÃO DO CONTRATO DE DESEMPENHO

Em cumprimento ao inciso III da Cláusula Sexta, o MDIC instituirá a CAA, na qualidade de instância de assessoramento técnico aos processos de orientação, acompanhamento e avaliação do Contrato de Desempenho, com o objetivo de subsidiar os processos relativos à supervisão ministerial do INMETRO.

Subcláusula Primeira: Compete à CAA:

I - Propor orientações a respeito das ações, projetos e outros instrumentos considerados prioritários para o alinhamento do INMETRO com as políticas de desenvolvimento, particularmente as relativas às áreas industrial, comercial, de serviços e tecnológica;

II - Acompanhar e avaliar o desempenho da instituição, à luz do estabelecido no CONTRATO; e

III - Recomendar ajustes e ações corretivas decorrentes do acompanhamento e avaliação.

Subcláusula Segunda: As discussões realizadas na CAA, bem como as manifestações formais por ela emitidas, deverão subsidiar a atuação da SE na supervisão do INMETRO.

Subcláusula Terceira. A composição e o funcionamento da CAA serão disciplinados em sua Portaria de constituição.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOS INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

São instrumentos de monitoramento da CAA, sem prejuízo de outros definidos pelo MDIC, no âmbito de sua supervisão, os seguintes:

I – Reuniões da CAA;

II – Relatórios de Desempenho – parcial e anual – apresentados pelo INMETRO;

III – Relatórios de Monitoramento – parcial e anual – emitidos pela CAA;

IV – Relatório Global de Avaliação apresentado pelo INMETRO; V – Relatório de Avaliação Conclusiva emitido pela CAA.

Subcláusula Primeira: As Reuniões da CAA serão convocadas pela Presidência ao menos uma vez por semestre, com o objetivo de monitorar a evolução e o desempenho dos objetivos, indicadores e metas, bem como apreciar outras matérias específicas de seu âmbito de atuação, a fim de propor medidas adicionais ou corretivas.

Subcláusula Segunda: Os Relatórios de Desempenho deverão ser elaborados pelo INMETRO, com o objetivo de subsidiar a CAA no acompanhamento e avaliação do desempenho da instituição.

Subcláusula Terceira: Os Relatórios de Desempenho devem ser apresentados à CAA com 15 dias de antecedência de cada reunião, ao menos uma vez no semestre ou conforme definido pela CAA, o que for menor; e, de modo consolidado, uma vez ao ano.

Subcláusula Quarta. Os Relatórios de Desempenho deverão contemplar, no mínimo:

a) uma avaliação geral do desempenho do INMETRO em relação ao alcance dos objetivos e metas;

b) a indicação dos fatores positivos ou negativos que influenciaram o desempenho e o índice de preenchimentos dos objetivos do Contrato;

c) a análise dos resultados obtidos com a execução dos programas e projetos, com base nas metas e indicadores constantes do Plano de Trabalho deste Contrato;

d) a indicação de medidas corretivas que tenham sido implementadas ou a indicação das que sejam necessárias;

e) avaliação a respeito das medidas de autonomia de gestão e, se for o caso, a proposição de novas medidas para discussão.

Subcláusula Quinta: Os Relatórios de Monitoramento deverão ser elaborados pela CAA, até 15 dias após cada reunião, com o objetivo de manifestar a opinião do grupo acerca do Relatório de Desempenho apresentado pelo INMETRO e dar conhecimento de seu conteúdo ao Secretário Executivo.

Subcláusula Sexta: Os Relatórios de Monitoramento deverão ser comunicados sintéticos que manifestam a opinião da CAA sobre o desempenho apresentado pelo INMETRO, além de indicar recomendações de ajustes e medidas corretivas, e devem levar em consideração os desvios dos resultados em relação às metas acordadas, a manutenção ou alteração dos cenários, e o empenho do INMETRO para o cumprimento dos objetivos, metas e indicadores de desempenho acordados.

Subcláusula Sétima: O Relatório Global de Avaliação deverá ser elaborado pelo INMETRO com o objetivo de apresentar sua avaliação final sobre o Contrato e deverá conter, no mínimo, resultados alcançados na vigência do contrato em relação aos objetivos, metas; identificação dos fatores que influenciaram esses resultados; e avaliação do Contrato como instrumento de acompanhamento e avaliação.

Subcláusula Oitava. O Relatório Global de Avaliação poderá ser apresentado à CAA como capítulo específico do Relatório

Anual de Desempenho referente ao ano de 2026, ou, isoladamente, até 31 de março de 2027, a fim de subsidiar a renovação deste Contrato.

Subcláusula Nona. O MDIC elaborará o Relatório de Avaliação Conclusiva por ocasião do termo final do Contrato, com o objetivo de realizar avaliação conclusiva sobre os resultados alcançados no período e sua utilização como instrumento de acompanhamento e avaliação do desempenho institucional da entidade.

Subcláusula Décima: O MDIC dará imediata ciência ao INMETRO do conteúdo dos Relatórios de Monitoramento da Comissão assim como de seu pronunciamento a respeito das sugestões e recomendações apresentadas por aquela instância, quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - SISTEMÁTICA DE PONTUAÇÃO

A avaliação conclusiva da execução do Contrato de Desempenho, para fins de supervisão ministerial e de manutenção da qualificação do INMETRO como agência executiva, observará a sistemática de pontuação global descrita no Anexo IV deste Contrato.

Subcláusula Primeira: A Comissão considerará no seu parecer os desvios dos resultados em relação às metas acordadas, a manutenção ou alteração dos cenários, a efetiva disponibilidade das medidas administrativas que ampliem a autonomia de gestão do INMETRO e o seu empenho para o cumprimento dos objetivos, metas e indicadores de desempenho acordados.

Subcláusula Segunda: Em casos excepcionais e devidamente justificados, decorrentes de fatos supervenientes cuja ocorrência não poderia ser prevista ou evitada e cujos efeitos sobre o desempenho da instituição sejam significativos e, ao mesmo tempo, não poderiam ser mitigados por ações da Autarquia, a CAA poderá, por decisão unânime, desconsiderar do cálculo da pontuação final o desempenho dos indicadores ou objetivos impactados.

Subcláusula Terceira: Em casos de desempenho insuficiente decorrentes de imperícia da gestão ou em razão de qualquer evento alheio aos servidores, desde que com devida comprovação, a CAA poderá, por decisão unânime, atribuir pontuação mínima equivalente à pontuação obtida no último ano.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

Este Contrato e seus anexos poderão ser revistos por iniciativa de qualquer das partes signatárias, mediante Termo Aditivo, observadas as normas pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA RESCISÃO E DAS PENALIDADES

O presente Contrato de Desempenho poderá ser rescindido, por acordo entre as partes ou administrativamente, pelo MDIC, nas seguintes situações:

I - Se houver descumprimento das cláusulas, dos objetivos e das responsabilidades estabelecidas no Contrato, decorrentes de má gestão, culpa ou dolo; e

II - Por insuficiência injustificada de desempenho institucional do INMETRO, apurada durante o processo de acompanhamento e avaliação do Contrato.

Subcláusula Primeira: A rescisão deste Contrato ensejará a adoção de medidas que visem a desqualificação do INMETRO como Agência Executiva e a imediata suspensão das medidas administrativas de ampliação de autonomia de gestão de que trata a Cláusula Oitava, cabendo ao MDIC a adoção dos atos necessários à revogação das citadas medidas.

Subcláusula Segunda: São nulos os atos praticados em contrariedade à suspensão de que trata o parágrafo anterior, sujeitando aqueles que os praticarem às sanções legais cabíveis.

Subcláusula Terceira: O descumprimento injustificado dos objetivos e metas pactuados no âmbito do presente contrato ensejará medidas visando à desqualificação do INMETRO como agência executiva, assim como, a suspensão dos termos contratados.

Subcláusula Quarta: Os dirigentes que derem causa ao descumprimento injustificado dos objetivos e metas avençados, bem como a eventuais faltas cometidas, serão responsabilizados, proporcionalmente ao grau da inadimplência, na forma da lei.

Subcláusula Quinta: O descumprimento injustificado dos termos deste Contrato de Desempenho poderá acarretar, em relação aos dirigentes, advertência e proposta de destituição de cargo em comissão.

Subcláusula Sexta: A proposta de destituição de cargo em comissão dos dirigentes poderá ser aplicada após a terceira advertência, conforme decisão Ministro do MDIC.

Subcláusula Sétima: A penalidade aplicada deverá ser proporcional ao grau de descumprimento dos termos contratados, sem prejuízo da responsabilização civil, penal e administrativa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE

O MDIC dará publicidade ao presente Contrato de Desempenho, nos termos da legislação em vigor.

Subcláusula Única: O INMETRO disponibilizará, por meio eletrônico, para consulta de qualquer interessado, o Contrato de Desempenho e seus documentos correlatos, incluindo os respectivos Relatórios de Desempenho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente Contrato de Desempenho vigorará da data de sua assinatura até 30 de abril de 2027, com duração de 3 anos, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses.

Subcláusula Única: A renovação deste Contrato de Desempenho será proposta pelo INMETRO, com antecedência de 180 (cento e oitenta) dias do término de sua vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- DOS ANEXOS

Constituem anexos deste CONTRATO:

- I – Plano Estratégico 2024-2027
- II – Plano de Trabalho;
- III – Fichas dos Indicadores;
- IV – Sistemática de Pontuação; e
- V – Demonstrativo de Compatibilidade do Plano Orçamentário Anual de 2024.

Subcláusula Única. As Leis Orçamentárias Anuais para os anos posteriores serão anexadas oportunamente.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - ELEIÇÃO DE FORO

Fica eleita a Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal da Advocacia Geral da União — CCAF como a competente para dirimir quaisquer questões provenientes deste termo eventualmente não resolvidas no âmbito administrativo.

E, assim, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, em meio eletrônico, constante no Processo Administrativo em epígrafe, por intermédio do Sistema Eletrônico de Informações do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Brasília/DF, na data da assinatura digital.

GERALDO JOSÉ RODRIGUES ALCKMIN FILHO
Ministro de Estado do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços

MÁRCIO ANDRÉ OLIVEIRA BRITO
Presidente do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

ESTHER DWECK
Ministra de Estado da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

FERNANDO HADDAD
Ministro de Estado da Fazenda

ANEXO I - PLANO ESTRATÉGICO 2024-2027 (39455871)

ANEXO II - PLANO DE TRABALHO

1) OBJETIVOS DE NEGÓCIO - INDICADORES DE DESEMPENHO E METAS

Macroprocessos	Objetivos de Desempenho	Indicadores			Metas/Ano		
		Nome	Classificação	Unidade	2024	2025	2026

Provimento de rastreabilidade metrológica	Prover a referência primária para as medições, de forma que sejam comparáveis entre si e reconhecidas nacional e internacionalmente	Índice de serviços realizados pelo Inmetro referenciados no BIPM/KCDB	Eficiência	Percentual	78%	79%	80%
		Pesquisa de satisfação das empresas usuárias do serviço da metrologia científica do Inmetro, nas áreas de física, química e biologia	Efetividade	Nota média	8	8,1	8,2
Desenvolvimento tecnológico e apoio à inovação	Mobilizar as competências e a infraestrutura laboratorial do Inmetro, e ainda as parcerias que possa firmar, para desenvolver e transferir tecnologia metrológica às organizações brasileiras, de modo que elas possam desenvolver tecnologias de produto, processo ou serviço.	Índice de produção de publicações técnico-científicas da Dimci	Eficácia	Número de trabalhos por técnico de nível superior	1	1,1	1,2
Formação e qualificação em Infraestrutura da Qualidade	Preparar profissionais especializados para atuarem nas organizações brasileiras e para resolverem problemas de cunho tecnológico, em áreas nas quais os conhecimentos da Infraestrutura da Qualidade sejam um diferencial.						
Desenvolvimento e manutenção de regulamentos técnicos e programas de avaliação da conformidade	Assegurar que produtos críticos sejam submetidos à avaliação da conformidade e/ou regulamentados, de modo a permitir que os agentes de mercado tenham conhecimento de suas características técnicas	Tempo médio para concessão de atos públicos de liberação inferiores aos prazos definidos em aprovação tácita	Eficiência	Número de dias	11	10,5	10,25
		Índice de cumprimento da Agenda Regulatória em Avaliação da Conformidade	Eficiência	Percentual	80%	80%	80%
		Efetividade da supervisão de mercado em regulamentação de produtos	Efetividade	Produtos testados	10	14	15
		Percentual de uso do tempo para aprovação de modelo de instrumentos	Eficiência	Percentual	74%	72%	70%

Controle metrológico legal	Assegurar confiança às medições e às quantidades em prol de transações comerciais justas e da saúde e segurança do cidadão	Índice de cumprimento da Agenda Regulatória em Metrologia Legal	Eficiência	Percentual	80%	80%	80%
		Número de ações de supervisão de mercado em regulamentação metrológica	Eficácia	Número de ações	2023	2064	2105
		Razão de Distorção Econômica em combustível Gasolina	Efetividade	Percentual	15%	14,5%	14%
Acreditação de organismos de avaliação da conformidade	Avaliar a competência dos organismos que prestam os serviços da Infraestrutura da Qualidade, promovendo o reconhecimento internacional das informações por eles geradas	Índice de eficiência dos serviços de acreditação	Eficiência	Percentual	99%	101%	103%
Apoio à superação de barreiras técnicas ao comércio exterior	Favorecer o acesso a mercados, evitando as barreiras técnicas nas relações comerciais do Brasil com o exterior	Percentual das demandas relacionadas a superação de barreiras técnicas feitas ao Inmetro que receberam tratamento adequado	Eficiência	Percentual	80%	80%	80%
Controle metrológico legal e Desenvolvimento e manutenção de regulamentos técnicos e programas de avaliação da conformidade	Assegurar confiança às medições e às quantidades em prol de transações comerciais justas e da saúde e segurança do cidadão Assegurar que produtos críticos sejam submetidos à avaliação da conformidade e/ou regulamentados, de modo a permitir que os agentes de mercado tenham conhecimento de suas características técnicas	Índice de cumprimento do Plano de Desburocratização em Metrologia Legal e Avaliação da Conformidade	Eficiência	Percentual	Conclusão do Plano de Desburocratização previsto até 2024	A definir	A definir

2) OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

I. Implementação do Programa Institucional de P&D

As atividades de P&D têm enfrentado dificuldades no que diz respeito à sua sustentabilidade financeira. Os recursos orçamentários não têm sido suficientes para custear a manutenção das atividades e o desenvolvimento de projetos estratégicos no âmbito da C,T&I. Soma-se a isso o fato de que há uma concorrência natural por recursos com outras atividades tecnológicas, como o provimento da rastreabilidade do instituto. Torna-se, portanto, necessário elaborar um mecanismo que possa viabilizar:

- 1) a captação de recursos privados para composição de receita própria advinda da prestação de serviços metrológicos oferecidos pelo Inmetro para o apoio ao desenvolvimento de tecnologia e inovação no setor produtivo;
- 2) a gestão e distribuição racionalizada desses recursos entre as diversas áreas do Inmetro de modo a

promover o fortalecimento da instituição.

Entregas	Prazo
Publicar o Programa de Fortalecimento Institucional do Inmetro	Junho/2024
Realizar experiências-pilotos com fomento interno para aceleração de projetos e captação de novas demandas	Junho/2025

II. Definição da política de Experimentação Regulatória no controle metrológico legal (Sandbox)

O arcabouço regulatório pode se tornar um entrave à inovação tecnológica, isso pode ocorrer por descompasso dos requisitos ou pelas operações de controle metrológico. O conceito de Sandbox envolve a criação de condições para o estabelecimento de um ambiente regulatório experimental, de modo a testar alternativas técnicas e administrativas para tomada de subsídio no que se refere ao estabelecimento de novos requisitos regulamentares, especialmente para novos produtos e serviços. As empresas podem lançar soluções inovadoras no mercado com regras mais flexíveis, porém com maior acompanhamento pelo Inmetro. Experimentos regulatórios também podem suportar o objetivo de modernizar do controle metrológico legal.

Entregas	Prazo
Elaborar projeto preliminar de experimentação de nova abordagem para o controle metrológico legal	Março/2024
Obter consultoria/parceria com órgão de fomento	Maio/2024
Realizar benchmarking com outras agências sobre o tema	Setembro/2024
Elaborar relatório preliminar contendo propostas para a implementação do projeto	Novembro/2024
Publicar relatório preliminar e realizar tomada de subsídios	Fevereiro/2025
Publicar regras para experimentação regulatória	Maio/2025
Lançar projetos-piloto de experimentos regulatórios	Fevereiro/2026
Ajustes das regras para experimentação regulatória	Outubro/2026

III. Prover metodologia para a regulamentação do mercado de crédito de carbono

Este ODI alinha a atuação do Inmetro à Política Nacional de Desenvolvimento Industrial, contribuindo para a superação dos “Desafios Estruturais” (Financeiros – Mercado Regulado de Carbono – DE-FIN-1) apresentados na Nova Indústria Brasil, documento publicado pelo MDIC no primeiro trimestre de 2024.

Entregas	Prazo
Estudo técnico da metodologia de medição do crédito de carbono	Dezembro/2025
Regulamentação da medição de crédito de carbono	Novembro/2026

A entrega referente à elaboração do estudo técnico sobre os critérios para a medição dos recursos utilizados para obtenção dos créditos de carbono e a elaboração de uma metodologia para a atribuição dos créditos de carbono.

Já a Regulamentação da medição de crédito de carbono provê a definição de um regulamento para a medição dos créditos de carbono por meio do processo de avaliação da conformidade.

ANEXO III - FICHA DOS INDICADORES

Macroprocesso – Provimento de rastreabilidade metrológica

1) Objetivo de Desempenho: Prover a referência primária para as medições, de forma que sejam comparáveis entre si e reconhecidas nacional e internacionalmente

Indicador 1.1) Índice de serviços realizados pelo Inmetro referenciados no BIPM/KCDB.

NOME DO INDICADOR:	Índice de serviços realizados pelo Inmetro referenciados no BIPM/KCDB		
ENTIDADE:	Diretoria de Metrologia Científica, Industrial e Tecnologia - Dimci		
DETALHAMENTO			
DESCRIÇÃO (O QUE É MEDIDO):	<p>Relação entre a quantidade total de serviços metrológicos, que são abrangidos pelo Acordo de Reconhecimento Mútuo (ARM) e quantidade total de serviços metrológicos realizados no período considerado. Os serviços metrológicos em questão incluem calibrações, ensaios e materiais de referência certificados (MRC). Uma parte desses serviços oferece o valor agregado do reconhecimento internacional para as capacidades de medição e de calibração (Calibration and Measurement Capability - CMC) mantidos pelo Inmetro no banco de dados de comparações chaves (Key Comparison Data Base - KCDB) disponibilizado pelo BIPM (Bureau International des Poids et Mesures).</p> <p>Este indicador considera o impacto do benefício de agregação de valor obtido pelo ARM através dos CMCs publicados no KCDB sobre os serviços metrológicos prestados para a sociedade, e não mais o número de CMCs publicados no KCDB, simplesmente. Vale salientar que nem todo serviço metrológico é passível de ter CMC, o que depende das listas de serviços publicadas pelos diferentes Comitês Consultivos (CC) do Conselho Internacional de Pesos e Medidas (CIPM).</p> <p>Vale destacar que neste indicador são considerados apenas os certificados de calibração, relatórios de ensaio e de Materiais de Referência Certificados (MRCs) cujos serviços estão no topo da hierarquia metrológica, sendo relevantes para a manutenção da Infraestrutura da Qualidade Nacional, trazendo o benefício do Reconhecimento Internacional que justifica o seu custo, em contrapartida ao indicador anterior que considerava todos os serviços realizados pela Dimci.</p> <p>Assim, a meta está atrelada à mudança de um indicador mais geral para aquele com reconhecimento internacional relevante para a instituição e que garante a confiabilidade metrológica internacional dos serviços realizados no país.</p> <p>Além disso, a lista de produtos passíveis de registro de CMCs é limitada e prioriza serviços de calibração seguindo critérios específicos dos diferentes comitês consultivos (CC) do Comitê Internacional de Pesos e Medidas (CIPM), cabendo lembrar que o registro de CMCs novos no banco de dados (KCDB) depende de um conjunto de atividades, como: aprovação em processos de avaliação intraregional no SIM, em avaliação interregional por outros organismos regionais de metrologia, evidências objetivas de manutenção de um SGQ, de obtenção de resultados positivos em comparações interlaboratoriais, evidências adicionais como relatórios de avaliação de pares, participação em atividades de PDI, publicações técnico-científicas, etc. Este é um processo longo, que leva no mínimo 2 anos.</p>		
OBJETIVO DO INDICADOR (CONTRIBUIÇÃO):	<p>Detectar a cada período a tendência associada à evolução do número dos serviços realizados para os laboratórios acreditados e para a indústria no país, número esse associado à razão entre a quantidade dos serviços de alto valor agregado com relação ao número total de serviços realizados. Esse indicador visa quantificar o impacto do Acordo de Mútuo Reconhecimento em comparação ao conjunto de serviços metrológicos prestados para a sociedade, e mostra a importância da manutenção desse Acordo por parte do Inmetro para as medições (CMCs) em grandezas físicas, químicas e biológicas;</p> <p>Assim, o registro de CMCs no banco de dados do BIPM (KCDB) traduz o esforço de gestão da infraestrutura da qualidade nacional, em especial com referência aos serviços de provimento de rastreabilidade metrológica de alto nível oferecido pelos laboratórios do Inmetro, o que requer evidências objetivas registradas por especialistas de outros Institutos Internacionais de Metrologia (NMIs), através de avaliações por pares (peer reviews), confirmando que o Inmetro atende às normas e requisitos internacionais.</p>		
FÓRMULA DE CÁLCULO:	100 x (Número total de Certificados + Relatórios + MRCs da Dimci com CMC)/ (Número total de Certificados, Relatórios, MRC da Dimci)		
FONTE DO DADO:	Documentação do sistema de gestão da qualidade da Diretoria de Metrologia Científica (Dimci)		
PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:	Anual		
UNIDADE DE MEDIDA:	%		
CLASSIFICAÇÃO:	(X) Eficiência	() Eficácia	() Efetividade
POLARIDADE:	(X) Positiva (quanto maior, melhor)		() Negativa (quanto menor, melhor)

PREMISSAS:	<p>1. Disponibilidade orçamentária e financeira, uma vez que as atividades que resultam em novos CMCs envolvem: custo com a participação de especialistas internacionais nos Laboratórios do Inmetro e custo com materiais de consumo, manutenção e funcionamento da infraestrutura de Laboratórios, atividades que cujo sucesso nos resultados significa: a. Atendimento às demandas da indústria brasileira por rastreabilidade metrológica; b. Melhoria anual da visibilidade do Inmetro perante os demais Institutos de metrologia; c. Fortalecer a posição de Brasil como detentor de padrões metrológicos primários e intensificar a participação brasileira em Comitês e Grupos de Trabalho decisórios no âmbito da metrologia mundial; d. Incrementar a capacitação do Inmetro para, no âmbito da metrologia científica, apoiar o Setor produtivo nacional e, e. Fortalecer o Brasil para discussões relacionadas a imposições de barreiras técnicas ao comércio brasileiro junto à OMC.</p>
-------------------	--

HISTÓRICO E METAS

HISTÓRICO:

* Até 2022 o histórico não considerava os dados relativos aos MRCs, devido a limitações de disponibilização dos mesmos.

2019*	2020*	2021*	2022*	1º sem/ 2023					
48%	50%	63%	57%	76%					

METAS:

As metas estão atreladas a dois tipos de dados: Número total de serviços realizados e número de serviços com CMCs registrados no banco de dados do BIPM. Simulações com os dados de 2019 até 2022 mostraram que os resultados dos indicadores ficaram em 33%, 74%, 80% e 76%. Na média, exceto em 2019 (considerado atípico), ficou em aproximadamente 77%. Portanto, arbitrou-se 77% como um valor razoável para a meta para 2023, com o crescimento de 1 ponto percentual por ano.

Tabela 1 – Metas para os anos de 2019 a 2022 (Indicador 1.1)

Ano	Total	Certificado/Relatório MRC com CMC			Razão						
2019	3211	1075			33%						
2020	1574	1162			74%						
2021	2060	1643			80%						
2022	2252	1719			76%						
2024		2025		2026							
78%		79%		80%							

Indicador 1.2) Pesquisa de satisfação das empresas usuárias do serviço da metrologia científica do Inmetro, nas áreas de física, química e biologia

NOME DO INDICADOR:	Pesquisa de satisfação das empresas usuárias do serviço da metrologia científica do Inmetro, nas áreas de física, química e biologia
ENTIDADE:	Diretoria de Metrologia Científica, Industrial e Tecnologia - Dimci
DETALHAMENTO	
DESCRIÇÃO (O QUE É MEDIDO):	Nível de satisfação geral dos clientes do Inmetro que são usuários do serviço da metrologia científica, nas áreas de física, química e biologia
OBJETIVO DO INDICADOR (CONTRIBUIÇÃO):	Identificar através dos parâmetros da pesquisa de satisfação, subsídios para melhoria no processo de atendimento aos clientes, melhoria nos processos de P D & I relacionados ao provimento de calibrações, ensaios e materiais de referências certificados (MRCs) com vistas a reduzir o tempo de resposta e melhorar a qualidade dos resultados entregues.

FÓRMULA DE CÁLCULO:		<p>Este indicador será medido por meio de nota média de satisfação geral a ser apurada através de pesquisa junto às empresas usuárias dos serviços da metrologia científica, nas áreas de física, química e biologia, ofertados pelo Inmetro. O cálculo da nota média se dará da seguinte forma:</p> $\sum_{i=1}^n y_i/n$ <p>Considerando:</p> <p>n = número total de empresas que solicitaram algum serviço de metrologia científica no ano; y_i = nota de satisfação de cada empresa solicitante, considerando uma nota de 0 a 10, onde 0 (zero) representa muito insatisfeito e 10 representa muito satisfeito.</p>							
FONTE DO DADO:		Carteira de clientes dos serviços de calibrações, ensaios e de Materiais de Referência Certificados (MRCs), sob administração da área de atendimento ao Cliente. Sistema Receita, módulo "Relação para pesquisa Dimci/UO".							
PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:		Semestral							
UNIDADE DE MEDIDA:		Nota média							
CLASSIFICAÇÃO:		() Eficiência		() Eficácia			(X) Efetividade		
POLARIDADE:		(X) Positiva (quanto maior, melhor)				() Negativa (quanto menor, melhor)			
PREMISSAS:		<p>1. Disponibilidade orçamentária e financeira, uma vez que, gerar subsidios para melhoria de gestão de processos internos através dos parâmetros da pesquisa de satisfação, significa a contratação e/ou aquisição de ferramentas de informática que possibilitem o feedback do cliente contribuir para: a. Melhoria no Processo Operacional de atendimento aos clientes; b. Melhoria nos processos de provimento de rastreabilidade; c. Potencializar a Identificação de demanda retida por possível limitação da infraestrutura de laboratórios; d. Aproximar a metrologia científica das necessidades de seus clientes e de potenciais clientes.</p>							
HISTÓRICO E METAS									
HISTÓRICO:									
2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	1º sem/2023
7,74	7,73	7,07	7,90	8,03	8,15	7,53	8,58	7,65	8,19
METAS:									
<p>Desde 2014 a 2022 este indicador oscilou em torno de aproximadamente 7,8. A diferença para o máximo e mínimo em relação à média foi de 0,76 e -0,75, respectivamente, sendo o valor mais baixo acontecido em 2016 (7,07). De 2019 em diante, a média dos valores ficou em aproximadamente 8,0 e com oscilação para cima de 0,6 e, para baixo, de 0,9. Adotou-se essa média desde 2019 até 2022, coerentemente com os demais indicadores, como a meta para 2023. Nos demais anos esta meta terá o incremento de um décimo (0,1) a cada ano. Avaliando o histórico, são possíveis oscilações de um ponto para cima ou para baixo. Entretanto, esforços vêm sendo despedidos para aprimorar o atendimento ao cliente em várias frentes e espera-se um constante aumento das notas de avaliação dadas pelos clientes da Dimci ao seu atendimento e, certamente, ficarão acima de 8.</p>									
2024	2025	2026							
8,00	8,10	8,20							

Indicador 1.3) Índice de produção de publicações técnico-científicas da Dimci.

NOME DO INDICADOR:	Índice de produção de publicações técnico-científicas da Dimci
ENTIDADE:	Diretoria de Metrologia Científica, Industrial e Tecnologia - Dimci
DETALHAMENTO	
DESCRIÇÃO (O QUE É MEDIDO):	Medir a relação entre a produção anual de publicações e relatórios técnicos e o número de servidores de nível superior da Dimci.
OBJETIVO DO INDICADOR (CONTRIBUIÇÃO):	<p>Gerar subsídios para melhoria de gestão de pesquisa (P D & I) e para a disseminação dos conhecimentos em Metrologia, Qualidade e Inovação produzidos e desenvolvidos pela Dimci. A produção e disseminação de conteúdo técnico-científico é de elevada importância para o reconhecimento nacional e internacional do Inmetro como ICT e subsidiar a busca por fomentos externos.</p> <p>Vale destacar que o subsídio para o Reconhecimento internacional do Inmetro, como Instituto Nacional de Metrologia (INM), tem como premissa básica a sua atuação em pesquisa, desenvolvimento e inovação, sendo a publicação técnico científica o instrumento reconhecido mundialmente para essa finalidade.</p>
FÓRMULA DE CÁLCULO:	(Nº de Publicações e Relatórios Técnicos da Dimci)/(Nº de Técnicos de nível superior da Dimci)
FONTE DO DADO:	Sessão de atendimento ao Cliente na Dimci, Sistema Receita, Relatório demonstrativo de produção.

PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:	Semestral								
UNIDADE DE MEDIDA:	Número de trabalhos por técnico de nível superior								
CLASSIFICAÇÃO:	() Eficiência				(X) Eficácia		() Efetividade		
POLARIDADE:	(X) Positiva (quanto maior, melhor)					() Negativa (quanto menor, melhor)			
PREMISSAS:	1. Disponibilidade orçamentária e financeira, uma vez que gerar subsídios para melhoria de gestão de processos internos, envolvem: custos com investimentos para manutenção e funcionamento da infraestrutura de Laboratórios e com aquisição de materiais de consumo. Há outros custos associados à taxas de publicação e inscrição em congressos, passagens diárias para a participação em congressos, reuniões e outros eventos associados às publicações. Possibilita: a. Projeção institucional; b. Incentivo à pesquisa no Inmetro e a busca pela inovação tecnológica em infraestrutura da qualidade; c Aumento da possibilidade de parcerias em pesquisa em metrologia e tecnologia.								
HISTÓRICO E METAS									
HISTÓRICO:									
2019	2020	2021	2022	1º sem/2023					
1,7	1,1	1,6	0,7	0,81					
METAS:									
De 2019 a 2022 as simulações registraram valores para este indicador muito dispersos (1,7, 1,1, 1,6 e 0,7) dadas as características de dependência de fatores externos como: falta de oportunidades para publicação e divulgação, tempo entre início da pesquisa e a consequente obtenção dos resultados a serem publicados muito longos com relação ao período de avaliação dos indicadores (1 ano). Observando-se os números, resolveu-se aumentar em dois décimos a meta para 2023 com relação àquela de 2022, ficando em tão em 0,9. Para as metas para os próximos anos (2024,2025 e 2026) foi acrescido um décimo (0,1) por ano sobre a meta estabelecida em 2023.									
2024	2025	2026							
1	1,1	1,2							

Macroprocesso – Desenvolvimento e manutenção de regulamentos técnicos e programas de avaliação da conformidade

2) Objetivo de Desempenho: Assegurar que produtos críticos sejam submetidos à avaliação da conformidade e/ou regulamentados, de modo a permitir que os agentes de mercado tenham conhecimento de suas características técnicas

Indicador 2.1) Tempo médio para concessão de atos públicos de liberação inferiores aos prazos definidos em aprovação tácita

NOME DO INDICADOR:	Tempo médio para concessão de atos públicos de liberação inferiores aos prazos definidos em aprovação tácita
ENTIDADE:	Diretoria de Avaliação da Conformidade - Dconf
DETALHAMENTO	
DESCRIÇÃO (O QUE É MEDIDO):	O indicador, cujo resultado é expresso em número de dias, reflete o tempo médio decorrido entre a data da solicitação e o deferimento dos atos públicos sob a responsabilidade da Dconf ao longo do ano.
OBJETIVO DO INDICADOR (CONTRIBUIÇÃO):	<p>Reduzir o tempo para concessão em relação aos prazos de aprovação tácita* e aumentar a eficiência processual no âmbito das exigências regulatórias, concretizada pela agilidade na análise de processos de concessão de atos públicos de liberação, que são fatores primordiais para a redução do custo de realização de negócios no País.</p> <p>*Atos públicos de liberação-Portaria Inmetro nº 35/2020, alterada pela Portaria Inmetro nº 269/2020: anuência para importação (30 dias), registro de objeto (55 dias), registro de declaração do fornecedor-serviço (100 dias)</p>
FÓRMULA DE CÁLCULO:	$\frac{(\text{Tempo_anuen} * \text{Num_anuen_def}) + (\text{Tempo_objetos} * \text{Num_objetos_def}) + (\text{Tempo_forn_serv} * \text{Num_forn_serv_def})}{(\text{Núm_anuen_def} + \text{Num_objetos_def} + \text{Num_forn_serv_def})}$ <p>Considerando:</p> <p>Tempo_anuen = Tempo médio para obtenção de anuência para importação ponderado pelo volume de processos deferidos</p> <p>Tempo_objetos = Tempo médio para obtenção de registro de objetos ponderado pelo volume de processos deferidos</p> <p>Tempo_forn_serv = Tempo médio para obtenção de registro de declaração de fornecedor - serviço ponderado pelo volume de processos deferidos</p>
FONTE DO DADO:	Sistema Orquestra

PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:		Semestral							
UNIDADE DE MEDIDA:		Número de dias							
CLASSIFICAÇÃO:		(X) Eficiência			() Eficácia			() Efetividade	
POLARIDADE:		() Positiva (quanto maior, melhor)				(X) Negativa (quanto menor, melhor)			
PREMISSAS:		<p>O indicador quantifica a agilidade na liberação dos atos públicos de liberação de anuência, objetos, fornecedor e serviço sob a responsabilidade do Inmetro, primordial para a redução do custo de realização de negócios no país. O fato de ser calculado como média não deixa claro os extremos da distribuição, relacionados aos atos públicos de liberação muito rápidos ou àqueles de maior complexidade, que levam mais tempo para análise. Vale destacar que os prazos propostos buscam reduzir os prazos limites estabelecidos pela Portaria Inmetro nº 269/2020 que, hoje, são devidamente atendidos. Além disso, são também importantes a seguintes premissas:</p> <ul style="list-style-type: none">- Revisão dos regulamentos, normas e procedimentos associados ao controle pré-mercado para simplificação dos processos de registro e anuência.- Implantação de melhorias no Sistema Orquestra.- Integração do Inmetro ao Pucomex (Portal Único Siscomex).- Manutenção do número de pessoas tecnicamente capacitadas que, atualmente, está envolvida nos processos de anuência e registro. <p>Vale destacar que todas as metas dos subindicadores apresentados neste indicador estão muito próximas do limite mínimo almejado, tendo em vista os ajustes e aperfeiçoamentos realizados ao longo dos últimos anos.</p>							
HISTÓRICO E METAS									
HISTÓRICO									
2018	2019	2020	2021	2022	1º sem/2023				
11,61	11,93	11,27	10,75	10,48	11,22				
METAS:									
O indicador, cujo resultado é expresso em número de dias, reflete o tempo médio decorrido entre a data da solicitação e o deferimento/indeferimento dos atos públicos sob a responsabilidade do Inmetro ao longo do ano, descontado o tempo para complementação de informação por parte do solicitante. Para 2024, a meta é reduzir em aproximadamente 3% o tempo para concessão em relação aos prazos de aprovação tácita. Para 2025 e 2026, pretende-se reduzir em 3%, a cada ano.									
2024	2025	2026							
11,00	10,50	10,25							

Indicador 2.2) Índice de cumprimento da Agenda Regulatória em Avaliação da Conformidade

NOME DO INDICADOR:	Índice de cumprimento da Agenda Regulatória em Avaliação da Conformidade
ENTIDADE:	Diretoria de Avaliação da Conformidade - Dconf
DETALHAMENTO	
DESCRIÇÃO (O QUE É MEDIDO):	<p>O indicador mede o índice de cumprimento da agenda regulatória para o processo de regulamentação técnica de produtos e serviços.</p> <p>Esta agenda é um instrumento de extrema importância para o setor produtivo pois indica os temas a serem tratados durante um determinado ciclo (normalmente de dois anos), conferindo transparência e previsibilidade sem prejuízo da atuação em situações de urgência. A agenda regulatória deve ser elaborada de forma a priorizar as demandas da sociedade e do setor produtivo, levando em consideração os recursos disponíveis.</p> <p>A Agenda Regulatória é uma ferramenta de transparência e previsibilidade que permite aos agentes regulados conhecer previamente possíveis alterações ou elaborações de regulamentos permitindo efetiva participação no processo de regulamentação, melhor organização para o atendimento dos requisitos a serem estabelecidos.</p> <p>A Agenda Regulatória da Dconf, aprovada pela Portaria Inmetro nº 37/2023, foi elaborada para o biênio 2022-2023, com previsão de atualização anual.</p> <p>Obviamente, o objetivo comum é que todos os produtos previstos sejam entregues nos prazos pactuados. No entanto, como se trata de um planejamento de médio prazo com etapas complexas, diversos elementos alheios ao controle da instituição, tais como falta de recursos, dificuldade em obtenção de dados, demandas emergenciais, redução de recursos, etc., podem prejudicar o cumprimento integral desta agenda.</p> <p>Em virtude disso, optou-se por pactuar uma meta de 80% para o cumprimento da agenda em 2023, cujo atendimento denota a eficácia do processo. Temas que por ventura não forem concluídos durante a vigência da agenda, serão naturalmente transferidos para a agenda seguinte (com revisão prevista para final de 2023).</p>

OBJETIVO DO INDICADOR (CONTRIBUIÇÃO):	Conferir transparência e previsibilidade aos diversos setores regulados, além de funcionar como um mecanismo de promoção da participação social no processo de regulamentação técnica de produtos e serviços, buscando o aumento da eficiência do mesmo.								
FÓRMULA DE CÁLCULO:	Percentual de ações relacionadas à regulamentação de produtos e serviços concluídas (publicados) em relação ao total de ações de regulamentação contidos na agenda: 100 * (ações de regulamentação técnica concluídas no período / ações de regulamentação técnica previstas na agenda regulatória no período) - Dada a complexidade dos projetos de regulamentação, a agenda regulatória deve conter o resultado esperado para o ciclo (AIR, ARR, Regulamentação Técnica, etc)								
FONTE DO DADO:	Dconf								
PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:	Anual								
UNIDADE DE MEDIDA:	%								
CLASSIFICAÇÃO:	(X) Eficiência			() Eficácia			() Efetividade		
POLARIDADE:	(X) Positiva (quanto maior, melhor)					() Negativa (quanto menor, melhor)			
PREMISSAS:	Para atendimento às metas do indicador, faz-se necessário: - Definição da agenda regulatória; - Sistema de monitoramento da execução da Agenda Regulatória com dados atualizados. Cabe ressaltar que: 1. O processo de regulamentação técnica deve ser previsível e, portanto, pautado numa Agenda Regulatória de conhecimento público. Além disso é desenvolvido com a participação ativa dos diversos segmentos da sociedade impactados pela respectiva regulamentação. 2. A Agenda Regulatória deve ser formulada com participação dos setores interessados da sociedade, em especial do setor produtivo, órgão e agências do governo e academia. 3. É possível que temas não previstos na agenda sejam tratados por questão de urgência justificada. Seu tratamento deve ser considerado na apuração do indicador. 4. Agenda Regulatória da Dconf aprovada. (Aprovação ocorreu pela Portaria Inmetro nº 37/2023 e elaborada para o biênio 2022-2023). 5. Previsão de atualização da Agenda, com respectiva publicação, para final de 2023.								
HISTÓRICO E METAS									
HISTÓRICO									
2023									
70%									
METAS:									
Este é um processo e um indicador novo na Diretoria de Avaliação da Conformidade. Entretanto, como a Diretoria de Metrologia Legal possui um índice semelhante com o desempenho próximo a 80%, estabelecemos o valor em 80% para os próximos anos.									
2024	2025	2026							
80%	80%	80%							

Indicador 2.3) Efetividade da supervisão de mercado em regulamentação de produtos.

NOME DO INDICADOR:	Efetividade da supervisão de mercado em regulamentação de produtos
ENTIDADE:	Diretoria de Avaliação da Conformidade - Dconf
DETALHAMENTO	
DESCRIÇÃO (O QUE É MEDIDO):	Efetividade das ações de supervisão de mercado em regulamentação de produtos
OBJETIVO DO INDICADOR (CONTRIBUIÇÃO):	Tornar mais eficaz o processo de supervisão, de modo a acionar a equipe de fiscalização apenas nos casos em que haja alta probabilidade de se encontrar irregularidades.
FÓRMULA DE CÁLCULO:	Número de produtos passíveis de apresentar problemas no mercado analisados no ano vigente.
FONTE DO DADO:	SGI, Sinmac, Denúncias na Ouvidoria do Inmetro, relatórios setoriais e denúncias de associações, reclamações disponíveis na internet (ex: site Reclame Aqui).

PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:	Anual								
UNIDADE DE MEDIDA:	%								
CLASSIFICAÇÃO:	() Eficiência			() Eficácia			(X) Efetividade		
POLARIDADE:	(X) Positiva (quanto maior, melhor)					() Negativa (quanto menor, melhor)			
PREMISSAS:	<p>A supervisão de mercado é uma atividade essencial para a efetiva implementação da regulamentação técnica. Sua finalidade é coibir a presença no mercado de produtos irregulares, ou seja, de produtos que não atendam aos requisitos do regulamento técnico aplicável.</p> <p>A premissa adotada é o aumento do uso de informações de inteligência sobre o mercado para tornar a supervisão mais eficiente. Entre as informações de inteligência consideramos: dados dos sistemas de informações do Inmetro (SGI, Sinmac, Denúncias na Ouvidoria), relatórios setoriais e denúncias de associações, reclamações disponíveis na internet (site Reclame Aqui), por exemplo, informações qualificadas são de extrema relevância para que a fiscalização possa localizar e agir de forma mais eficiente e eficaz sobre os produtos irregulares .</p> <p>Outra premissa é a existência de acordos de parceria com laboratórios de testes de produtos.</p>								
HISTÓRICO E METAS									
HISTÓRICO:									
2020	2021	2022	1º sem/2023						
14%	22%	24%	14%						
7 produtos	11 produtos	12 produtos	7 produtos						
METAS:									
<p>Foram realizadas alterações no processo de coleta do indicador e neste momento, a meta de 2024 (Para 2024 a meta será analisar 10 tipos de produtos regulamentados, selecionados com base nos indícios de problemas levantados pela Dconf/Divig) recuou um pouco porque considera ajustes no processo, enquanto para os próximos anos estima-se melhoria significativa no desempenho do indicador.</p> <p>Ressaltamos que para o desempenho deste indicador o Inmetro depende de infraestrutura de laboratórios de testes de produtos externos ao Instituto.</p>									
2024	2025	2026							
10 produtos	14 produtos	16 produtos							

Macroprocesso – Controle metrológico legal

3) Objetivo de Desempenho: **Assegurar confiança às medições e às quantidades em prol de transações comerciais justas e da saúde e segurança do cidadão**

Indicador 3.1) Percentual de uso do tempo para aprovação de modelo de instrumentos

NOME DO INDICADOR:	Percentual de uso do tempo para aprovação de modelo de instrumentos
ENTIDADE:	Diretoria de Metrologia Legal - Dimel
DETALHAMENTO	
DESCRIÇÃO (O QUE É MEDIDO):	O indicador, cujo resultado é expresso em percentual, reflete uma razão entre o número médio de dias decorridos entre a data da solicitação e a publicação da portaria de aprovação de modelo ao longo do ano, descontado o tempo para complementação de informação por parte do solicitante, dividido pelo número máximo de dias estabelecido pela Portaria 269/2020, para aprovação de modelo de instrumentos de medição (150). Para o indicador em questão, quanto menor for o percentual, melhor é o desempenho do Inmetro nesse serviço.
OBJETIVO DO INDICADOR (CONTRIBUIÇÃO):	Reduzir o tempo para concessão em relação aos prazos de aprovação tácita e aumentar a eficiência processual no âmbito das exigências regulatórias, concretizada pela agilidade na análise de processos de concessão de atos públicos de liberação, que são fatores primordiais para a redução do custo de realização de negócios no País.
FÓRMULA DE CÁLCULO:	$100 \times (\text{Tempo_ATM}) / 150$ <p>Considerando:</p> <p>Tempo_ATM = Tempo médio para aprovação de modelo de instrumento de medição no período;</p>
FONTE DO DADO:	Sistema Orquestra

PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:		Semestral							
UNIDADE DE MEDIDA:		%							
CLASSIFICAÇÃO:		(X) Eficiência			() Eficácia			() Efetividade	
POLARIDADE:		() Positiva (quanto maior, melhor)					(X) Negativa (quanto menor, melhor)		
PREMISSAS:		O indicador quantifica a agilidade na liberação dos atos públicos sob a responsabilidade do Inmetro, primordial para a redução do custo de realização de negócios no país. Vale destacar que o indicador proposto sinaliza que o prazo limite estabelecido pela Portaria Inmetro nº 269/2020 para aprovação de modelo de instrumentos de medição, que hoje é de 150 dias, pode ser eventualmente reduzido no futuro.							
HISTÓRICO E METAS									
HISTÓRICO									
2021	2022	1º sem/2023							
147%	68,47%	69,13%							
METAS:									
A definição das metas considerou os valores calculados com o novo indicador para os anos anteriores de 2021, 2022 e 1º semestre de 2023 (147%, 68,7% e 69,13%, respectivamente), levando-se em conta a singularidade desse período, por conta da retração da demanda resultante da pandemia. Dessa forma, optou-se por partir de valores ligeiramente mais altos que os calculados para esses períodos (<=74% em 2024, <=72% em 2025 e <=70% em 2026), mas com viés declinante ao longo do tempo, apontando para uma maior eficiência no processo à medida que o tempo passa.									
2024	2025	2026							
74%	72%	70%							

Indicador 3.2) Índice de cumprimento da Agenda Regulatória em Metrologia Legal

CLASSIFICAÇÃO:	Índice de cumprimento da Agenda Regulatória em Metrologia Legal
ENTIDADE:	Diretoria de Metrologia Legal - Dimel
DETALHAMENTO	
DESCRIÇÃO (O QUE É MEDIDO):	<p>O indicador mede o índice de cumprimento da agenda regulatória para o processo de regulamentação técnica metrológica. Esta agenda é um instrumento de extrema importância para o setor produtivo pois indica os temas a serem tratados durante um determinado ciclo (normalmente de dois anos), conferindo transparência e previsibilidade sem prejuízo da atuação em situações de urgência. A agenda regulatória deve ser elaborada de forma a priorizar as demandas da sociedade e do setor produtivo, levando em consideração os recursos disponíveis.</p> <p>A Agenda regulatória é uma ferramenta de transparência e previsibilidade que permite aos agentes regulados conhecer previamente possíveis alterações ou elaborações de regulamentos permitindo efetiva participação no processo de regulamentação melhor organização para o atendimento de a serem estabelecidos.</p> <p>A agenda regulatória da Dimel, para o triênio 2024-2026 será publica em Portaria Inmetro até março de 2024, sendo as ações não concluídas durante a vigência anterior realizadas nos primeiros três meses.</p> <p>Obviamente, o objetivo comum é que todos os produtos previstos sejam entregues nos prazos pactuados. No entanto, como se trata de um planejamento de médio prazo com etapas complexas, diversos elementos alheios ao controle da instituição, tais como falta de recursos, dificuldade em obtenção de dados, demandas emergenciais, redução de recursos, etc., podem prejudicar o cumprimento integral desta agenda.</p> <p>Em virtude disso, optou-se por pactuar uma meta de 80% para o cumprimento da agenda em 2023, cujo atendimento denota a eficácia do processo. Temas que por ventura não forem concluídos durante a vigência da agenda, serão naturalmente transferidos para a agenda seguinte (com elaboração prevista para 2023).</p>
OBJETIVO DO INDICADOR (CONTRIBUIÇÃO):	Conferir previsibilidade aos diversos setores regulados e aos participantes dos diversos fóruns de regulamentação técnica metrológica, buscando o aumento da eficiência do processo de regulamentação técnica metrológica.
FÓRMULA DE CÁLCULO:	<p>Percentual de projetos de regulamentação concluídos (publicados) em relação ao total de projetos de regulamentação contidos na agenda:</p> <p>100 * (regulamentação técnica metrológica concluída no período / regulamentação técnica metrológica prevista na agenda regulatória no período)</p> <p>- Dada a complexidade dos projetos de regulamentação, a agenda regulatória deve conter o resultado esperado para o ciclo (início de projeto, continuidade ou conclusão de projeto)</p>
FONTE DO DADO:	Dimel

PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:	Anual								
UNIDADE DE MEDIDA:	%								
CLASSIFICAÇÃO:	(X) Eficiência			() Eficácia			() Efetividade		
POLARIDADE:	(X) Positiva (quanto maior, melhor)					() Negativa (quanto menor, melhor)			
PREMISSAS:	<p>Para atendimento às metas do indicador, faz-se necessário:</p> <p>- Definição da agenda regulatória;</p> <p>- Sistema Orquestra em funcionamento com dados atualizados.</p> <p>Cabe ressaltar que:</p> <p>1. O processo de regulamentação técnica metrológica deve ser previsível e, portanto, pautado numa agenda regulatória de conhecimento público. Além disso é desenvolvido com a participação ativa do segmento da sociedade impactado pela respectiva regulamentação.</p> <p>2. A agenda regulatória deve ser formulada com participação dos setores interessados da sociedade, em especial do setor produtivo, órgão e agências do governo e academia.</p> <p>3. É possível que temas não previstos na agenda sejam tratados por questão de urgência justificada. Seu tratamento deve ser considerado na apuração do indicador.</p> <p>4. A agenda regulatória da Dimel para o triênio 2024-2026 será publica em Portaria Inmetro até março de 2024, sendo realizada nos primeiros três meses as ações não concluídas durante a vigência anterior.</p>								
HISTÓRICO E METAS									
HISTÓRICO									
2021	2022	1º sem/2023							
82,07%	81%	81,82%							
METAS:									
Como se trata de um planejamento de médio prazo com etapas complexas, diversos elementos alheios ao controle da instituição, tais como falta de recursos, dificuldade em obtenção de dados, demandas emergenciais, redução de recursos, etc., podem prejudicar o cumprimento integral desta agenda. Em virtude disso, optou-se por pactuar uma meta de 80% para o cumprimento da agenda, cujo atendimento denota a eficácia do processo. Temas que por ventura não forem concluídos durante a vigência da agenda, serão naturalmente transferidos para a agenda seguinte (com elaboração prevista para 2027).									
2024	2025	2026							
80%	80%	80%							

Indicador 3.3) Número de ações de supervisão de mercado em regulamentação metrológica.

NOME DO INDICADOR:	Número de ações de supervisão de mercado em regulamentação metrológica		
ENTIDADE:	Diretoria de Metrologia Legal - Dimel		
DETALHAMENTO			
DESCRIÇÃO (O QUE É MEDIDO):	O número de ações de supervisão de mercado em regulamentação metrológica em locais críticos de distribuição de instrumentos e produtos pré-embalados, tais como ambientes alfandegários, fábricas e centros de distribuição, tendo como base a estimativa da meta feita para o ano de 2021.		
OBJETIVO DO INDICADOR (CONTRIBUIÇÃO):	Ampliar a ação de supervisão nos locais críticos de distribuição de instrumentos e produtos pré-embalados		
FÓRMULA DE CÁLCULO:	Número de ações de fiscalização em ambientes alfandegários, fábricas e centros de distribuição no ano considerado.		
FONTE DO DADO:	Inmetro (SGI)		
PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:	Anual		
UNIDADE DE MEDIDA:	Número de ações		
CLASSIFICAÇÃO:	() Eficiência	(X) Eficácia	() Efetividade
POLARIDADE:	(X) Positiva (quanto maior, melhor)		() Negativa (quanto menor, melhor)

PREMISSAS:	1. A contínua redução de recursos do Inmetro e da RBMLQ-I exige o reposicionamento das ações de supervisão de instrumentos de medição e mercadorias de forma a torna-las mais eficientes, concentrando a fiscalização em locais de fabricação e armazenamento dos itens controlados.								
	2. A fiscalização nos locais de entrada dos produtos permite a tomada de providências contra irregularidades antes que os instrumentos ou mercadorias pré-embaladas cheguem ao consumidor final ou mesmo aos pontos de venda a varejo.								
	3. Essa abordagem tende a inibir o comércio de instrumentos de medição irregular e o eventual dolo no conteúdo quantitativo de mercadorias pré-embaladas pois age diretamente nos responsáveis pelo produto.								
	4. A disponibilidade de recursos humanos e orçamentários é fundamental para o desempenho do indicador, pois impacta diretamente na capacidade de realizar ações de supervisão necessárias em locais críticos de distribuição de instrumentos e produtos pré-embalados.								
HISTÓRICO E METAS									
HISTÓRICO:									
2021	2022	1º sem/2023							
1476	1948	990							
METAS:									
O indicador ainda possui pouca série histórica para projeções mais ambiciosas, considerando que há uma série de variáveis envolvidas nas supervisões de mercado como: realidades regionais heterogêneas, tipo de delegação/autonomia dos organismos delegados, imprevisibilidade de recursos financeiros, escassez de recursos humanos (fiscais). Há preocupação de atingir um teto máximo para este indicador.									
2024	2025	2026							
2023	2064	2105							

Indicador 3.4) Razão de Distorção Econômica em combustível Gasolina.

NOME DO INDICADOR:	Razão de Distorção Econômica em combustível Gasolina ou "RDE_Gasolina" (%).
ENTIDADE:	Coordenação-Geral da RBMLQ-I
DETALHAMENTO	
DESCRIÇÃO (O QUE É MEDIDO):	<p>A distorção financeira (montante de dinheiro em risco) associada com erros de medição, em bombas medidoras de combustível, para o combustível gasolina no território nacional. Nesse recorte, está sendo medida a importância relativa (percentual) da Distorção Econômica Ilegal Total (DEIT) em relação à Distorção Econômica Total (DET), para o grupo Combustível, para o produto específico Gasolina.</p> <p>A metodologia de cômputo do Índice de Distorção Econômica (IDE) foi desenvolvida em conjunto com a empresa Tecnométrica (contrato de consultoria BRA10 39472 2022, processo JOF 3380/2021, PNUD BRA/18/023), em parceria entre o Inmetro, MDIC e o PNUD. A metodologia de cálculo do IDE é a descrita no documento "Relatório Final JOF 3380/2021 - Produto 5 - Cálculo do Índice de Distorção Econômica – IDE pela atuação do Inmetro e da RBMLQ", disponível em https://www.gov.br/inmetro/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/documentos-tecnicos-em-metrologia. As estimativas de cômputo do IDE são obtidas por meio da aplicação InspetoR, ferramenta desenvolvida como parte integrante do projeto Índice de Distorção Econômica (IDE), para a realização do processamento das Bases de dados de Inspeções (BI), em especial das bases Insp-3 (cesta básica + GLP) e InspComb (combustíveis), com a possibilidade de seleção de filtros no processo, podendo assim apresentar informações específicas sobre determinado subconjunto de dados.</p>
OBJETIVO DO INDICADOR (CONTRIBUIÇÃO):	Prevenção de práticas enganosas de comércio (Inciso IV da Redação dada pela Lei nº 12.545, de 2011) - Lei nº 9.933, de 20 de dezembro de 1999.
FÓRMULA DE CÁLCULO:	<p>Razão de Distorção Econômica em combustível Gasolina ou RDE_Gasolina (%) = (DEIT/DET)*100</p> <p>Considerando:</p> <p>DEIT = Distorção Econômica Ilegal Total, para o combustível gasolina; e</p> <p>DET = Distorção Econômica Total, para o combustível Gasolina.</p> <p>Obs.1: DEIT = Distorção Econômica Ilegal contra o vendedor (DEIV) + Distorção Econômica Ilegal contra o Comprador (DEIC), específicas para o combustível gasolina.</p> <p>Obs.2: DET = Distorção Econômica Total contra o Vendedor (DETV) + Distorção Econômica Total contra o Comprador (DETC), específicas para o combustível gasolina.</p>

FONTE DO DADO:	Estimativas geradas por meio da aplicação INSPETOR, tendo múltiplas fontes de dados, incluindo-se Inmetro (SGI), IBGE (POF; vetor de preços médios de itens da cesta básica de alimentos), CONAB, Embrapa, ANP, CEPEA, Procon e outras.								
RECORTE GEOGRÁFICO	<p>Monitoramento do indicador para o recorte geográfico Brasil (BR), com apuração e acompanhamento por Unidades Federativas (UF). Ao avaliar a possibilidade de considerar a distribuição da distorção econômica por região do país, destacamos os seguintes pontos:</p> <p>a. Fontes de Variação e Legitimidade do Inmetro: A distorção econômica é influenciada por três fontes básicas de variação: i) preço, ii) volume transacionado e iii) erros de medição. O Inmetro, por sua legitimidade, atua especificamente na fonte (iii) relacionada aos erros de medição de instrumentos. Desta forma, a premissa para monitoramento da distorção econômica será centrada somente nas variações oriundas de erros de medição dos instrumentos de medição.</p> <p>b. Restrição Inicial ao Grupo de Combustível: Inicialmente, o monitoramento das variações das distorções econômicas será restrito aos instrumentos de medição do grupo de combustível, com foco no produto específico gasolina.</p> <p>c. Recorte Geográfico Recomendado: A ausência de um planejamento amostral probabilístico inviabiliza a expansão de resultados para pequenos níveis geográficos. Recomenda-se, portanto, o monitoramento do indicador "RDE_Gasolina_%" em um nível macro (recorte geográfico = Brasil - BR), com a possibilidade de apuração de resultados para Unidades Federativas (UF).</p>								
PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:	Anual								
UNIDADE DE MEDIDA:	DEIT e DET, em R\$. A razão de Distorção Econômica (RDE), em percentual (%).								
CLASSIFICAÇÃO:	() Eficiência			() Eficácia			(X) Efetividade		
POLARIDADE:	() Positiva (quanto maior, melhor)					(X) Negativa (quanto menor, melhor)			
PREMISSAS: A distorção econômica pode ser efetuada por 3 (três) fontes básicas de variação: i) preço, (ii) volume transacionado e (iii) erros de medição, além das interações entre essas fontes de variação. Entre as 3 (três) fontes de variação, o Inmetro só tem legitimidade para atuar na fonte (iii), referente aos erros de medição. Desta forma, a premissa para monitoramento da distorção econômica será centrada somente nas variações oriundas de erros de medição dos instrumentos de medição. De início, o monitoramento das diversas variações das distorções econômicas será restrito aos instrumentos de medição relacionados ao grupo de combustível, para o produto específica gasolina.									
HISTÓRICO E METAS									
HISTÓRICO:									
* Valores para 2022 e 2023 foram obtidos por meio de interpolação linear, por motivo de ausência de dados processados para os respectivos períodos.									
2019	2020	2021	2022*	2023*					
7,5%	9,1%	7,9%	8,17%	8,39%					
METAS:									
Considerando-se que no momento ainda não há uma série histórica de tamanho suficiente (n>=12 observações) para se realizar projeções com razoável confiança para os resultados, é adequado que haja estimativa mais conservadora no estabelecimento das metas para este indicador. A projeção não extrapola 50% do maior valor histórico (9,1%) da série restrita ao período de referência (2019 a 2021). Avalia-se como uma série de valores razoáveis para os próximos anos.									
A Cored vem concentrando esforços para uma recomposição do período pregresso (2018 a 2012) do indicador, para fins de formação de uma série histórica temporal mais longa. Em paralelo, há iniciativas para apuração dos resultados para os anos subsequentes ao período de referência (2022 e 2023). De posse da série histórica longa (2012 a 2023), haverá possibilidade de projeções de estimativas do IDE, para 2024 a 2027 e para anos vindouros. A partir de 2024, emergirão, também, possibilidades de realização de testes de checagem de condições de estacionariedade da série histórica, para identificar, por exemplo, se há alguma tendência ou persistência de crescimento da Distorção Econômica (DE) contra o consumidor final ou contra o vendedor. Essa análise de estacionariedade da série será muito importante para o diálogo futuro com as UPs finalísticas.									
Isto exposto, sugerimos, de forma gradual e redutiva, as seguintes metas para o indicador RDE_Gasolina (%) para o próximo ciclo do Contrato de Desempenho:									
2024	2025	2026	2027						
14%	13,5%	13%	12,5%						

Macroprocesso – Acreditação de organismos de avaliação da conformidade

4) Objetivo de Desempenho: Avaliar a competência dos organismos que prestam os serviços da Infraestrutura da Qualidade, promovendo o reconhecimento internacional das informações por eles geradas.

Indicador 4.1) Índice de eficiência dos serviços de acreditação.

NOME DO INDICADOR:	Índice de eficiência dos serviços de acreditação								
ENTIDADE:	Coordenação Geral de Acreditação do Inmetro (Cgcre)								
DETALHAMENTO									
DESCRIÇÃO (O QUE É MEDIDO):	Percentual do alcance de cada um dos tempos médio dos serviços de acreditação: processo de acreditação de organismos de certificação, processo de acreditação de organismos de inspeção e processo de acreditação de laboratórios.								
OBJETIVO DO INDICADOR (CONTRIBUIÇÃO):	Medir o aumento da eficiência dos serviços de acreditação para atender às necessidades dos serviços de avaliação da conformidade.								
FÓRMULA DE CÁLCULO:	<div>(%cert + %insp + %lab) / 3</div> <div>Considerando:</div> <div>%cert = % do alcance da meta do tempo médio do processo de concessão de acreditação de organismos de certificação;</div> <div>insp = % do alcance da meta do tempo médio do processo de concessão de acreditação de organismos de inspeção;</div> <div>%lab = % do alcance da meta do tempo médio do processo de concessão de acreditação de laboratórios;</div> <div>A memória de cálculo desses subíndices é: [1+(meta-resultado)/meta] x 100</div> <div>As metas de tempo médio serão informadas em atas de reunião de Coordenação da Cgcre.</div>								
FONTE DO DADO:	Ata de reunião de Coordenação da Cgcre								
PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:	Semestral								
UNIDADE DE MEDIDA:	%								
CLASSIFICAÇÃO:	(X) Eficiência			() Eficácia			() Efetividade		
POLARIDADE:	(X) Positiva (quanto maior, melhor)					() Negativa (quanto menor, melhor)			
PREMISSAS:	<div>As condições necessárias para o atingimento das metas do indicador proposto são:</div> <div>1) Quantitativo de recursos humanos, necessário para a realização dos processos de acreditação;</div> <div>2) Disponibilidade orçamentária e financeira, uma vez que o aumento da eficiência dos processos envolve custos com a participação em eventos dos fóruns de acreditação com vistas a harmonizar conceitos e conhecimentos em novas práticas internacionalmente adotadas para os processos de acreditação;</div> <div>3) Sistema Orquestra em funcionamento. É desejável a ampliação da digitalização dos processos de acreditação da Cgcre (Implantação de melhorias no Sistema Orquestra);</div> <div>O indicador quantifica o aumento da eficiência dos serviços de acreditação, o que é importante para proporcionar ao mercado a disponibilização de organismos de avaliação da conformidade, com a competência reconhecida, em tempo adequado, para atender à demanda por esquemas de avaliação da conformidade. Tais avaliações irão demonstrar o atendimento dos produtos, processos ou serviços aos requisitos necessários, fortalecendo a atividade de avaliação da conformidade no País.</div> <div>Vale destacar que a diminuição dos prazos propostos busca reduzir os tempos de atendimento dos processos relativos aos serviços de acreditação ofertados às partes interessadas.</div>								
HISTÓRICO E METAS									
HISTÓRICO:									
2021	2022	1º sem/2023							
101,11%	93,53%	103,37%							
METAS:									
As metas foram estabelecidas pela Cgcre com base no histórico dos tempos médios de acreditação desde 2014.									
2024	2025	2026							

99%	101%	103%							
-----	------	------	--	--	--	--	--	--	--

Macroprocesso – Apoio à superação de barreiras técnicas ao comércio exterior

5) Objetivo de Desempenho: Favorecer o acesso a mercados, evitando as barreiras técnicas nas relações comerciais do Brasil com o exterior

Indicador 5.1) Percentual das demandas relacionadas a superação de barreiras técnicas feitas ao Inmetro que receberam tratamento adequado.

NOME DO INDICADOR:	Percentual das demandas relacionadas a superação de barreiras técnicas feitas ao Inmetro que receberam tratamento adequado				
ENTIDADE:	Coordenação-Geral de Articulação Internacional - Caint				
DETALHAMENTO					
DESCRIÇÃO (O QUE É MEDIDO):	O indicador mede a qualidade e a celeridade da resposta (tratamento adequado) às demandas feitas ao Inmetro, em diversas categorias de serviços, conforme abaixo.				
	Por tratamento adequado entende-se o cumprimento claro, objetivo e completo das responsabilidades atribuídas em lei ao Inmetro e definidas pelo planejamento estratégico a sua Coordenação de Articulação Internacional (CAINT). Dadas as especificidades das várias atribuições e atividades, junto com sua descrição é explicitado o tratamento adequado para cada uma delas.				
	O indicador será calculado como uma composição da média dos percentuais de tratamento adequado para cada tipo de demanda, conforme codificação apontada na descrição, e do grau de satisfação dos clientes. Para ter tratamento considerado adequado, a demanda terá tanto que atender o quesito relacionado à celeridade quanto aquele relacionado à qualidade. Em 2021 a parcela referente à satisfação dos clientes não será considerada, por falta de histórico, mas será incorporada a partir de 2022, com peso inicial de 10%, que crescerá para 20% em 2023 e assim por diante, até atingir o peso máximo de 50% em 2026. Em 2021, portanto, a qualidade das demandas será verificada somente pelos gestores das atividades.				
	Vale destacar que no ano de 2021, pela primeira vez e a título de formação de histórico, foi mensurada a satisfação dos clientes da Caint e o resultado foi de 83,7%. Além disso, a partir de 2022, a pesquisa terá um fator adicional. Será agregada a ela a mensuração da satisfação dos usuários participantes do “Fórum de Barreiras Técnicas” (cerca de 200 pessoas), criado durante o ano de 2022 com o objetivo de identificar e dar tratamento a necessidades do setor produtivo exportador brasileiro em relação a barreiras técnicas.				
	Sendo assim, considerando os fatores de ausência de histórico de mensuração deste “tratamento adequado”, tanto interna quanto externamente; de que na única pesquisa de satisfação externa realizada até agora o percentual foi de 83,7%; de que o percentual da influência da pesquisa de satisfação externa será ampliado até atingir 50% do indicador; e de que a base da pesquisa de satisfação externa está sendo ampliada para contemplar um público e um serviço que não eram avaliados até 2022, optou-se pela manutenção da meta para o ano de 2023.				
	Resumo das atividades, conceito de tratamento adequado e prazos estabelecidos:				
	Categoria de atividades	#Atividade/ Entrega	Atividade/Entrega	Conceito de tratamento adequado	Prazo de entrega
	A. Fornecimento de informações sobre exigências técnicas com impacto no comércio exterior	A1	Resposta a consultas técnicas	Responder ao conteúdo demandado com informações claras e objetivas, dentro dos prazos estabelecidos	30 dias
		A2	Capacitações prestadas, que não demandem recursos adicionais aos disponibilizados pelo Inmetro	Apresentar o conteúdo demandado com informações claras, exatas, coerentes e objetivas, dentro do prazo estabelecido	acordado com o demandante

	B. Atendimento aos compromissos do Acordo TBT	B1	Notificações	Preparar notificações com informações claras e exatas e cadastrá-las no Sistema da OMC, no prazo estabelecido	a. para notificações de consultas públicas: 5 dias úteis b. para outras notificações: 10 dias úteis
		B3	Textos completos de RT e PAC	Obter textos completos que não estejam disponíveis no sistema Alerta Exportador, por demanda ao Ponto Focal TBT do país correspondente, e enviá-lo ao demandante.	15 dias úteis
		B4	Comentários sobre propostas de RT e PAC	Enviar comentários recebidos ao órgão regulador correspondente ou ao Ponto Focal TBT de outro país, quando for o caso; se respostas forem recebidas do órgão regulador, elas devem ser enviadas a quem ofereceu os comentários.	2 dias úteis
		Descrição das atividades/entregas a. Fornecimento de informações sobre exigências técnicas com impacto no comércio exterior (de áreas internas do Inmetro, de órgãos do governo federal, de associações empresariais, de empresas e de outras partes interessadas) Informações sobre exigências técnicas com impacto no comércio exterior incluem: (1) consultas técnicas (solicitação de informações sobre regulamentos técnicos (RT) e procedimentos de avaliação da conformidade (PAC) aplicáveis a produtos para exportação; informações sobre aceitação de relatórios de ensaio/certificados emitidos em país diferente do de destino dos produtos, demanda de textos completos de RT e PAC, dentre outros); e (2) capacitações prestadas. Tratamento adequado: Responder ao conteúdo demandado com informações claras, exatas, coerentes e objetivas, dentro dos prazos estabelecidos: A1. resposta a consultas técnicas: 30 dias; A2. capacitações prestadas, que não demandem recursos adicionais aos disponibilizados pelo Inmetro: prazo acordado com o solicitante.			

	<p>b. Atendimento aos compromissos do Acordo TBT (notificações, esclarecimentos, textos completos, recebimento e envio de comentários)</p> <p>Os compromissos do Acordo sobre Barreiras Técnicas ao Comércio(Acordo TBT), da Organização Mundial do Comércio (OMC), dizem respeito a RT, normas técnicas (NT) e PAC para produtos (serviços, compras governamentais e medidas sanitárias e fitossanitárias não estão no escopo do Acordo). Um dos princípios basilares do Acordo TBT é o da transparência, o qual implica em notificar à OMC as propostas de RT e PAC submetidas a consulta pública pelos órgãos reguladores para produtos industriais e agrícolas, bem como seus textos finais; prestar esclarecimentos sobre RT e PAC emitidos no país; fornecer os respectivos textos completos; e enviar ao órgão regulador os comentários recebidos sobre RT e PAC em consulta pública, bem como enviar resposta sobre os comentários, quando disponível, a quem os enviou. É importante notar que notificações sobre consultas públicas têm mais urgência em serem feitas do que os textos finais para permitir maior tempo para comentários de partes interessadas no país ou no exterior.</p> <p>Tratamento adequado: encaminhamento no prazo estabelecido para:</p> <p>B1. notificações, que devem ser preparadas com informações claras e exatas e devem ser cadastradas no Sistema da OMC:</p> <p>a. para notificações de consultas públicas: 5 dias úteis</p> <p>b. para outras notificações: 10 dias úteis</p> <p>B3. textos completos que não estejam disponíveis no sistema Alerta Exportador, demandados ao Ponto Focal TBT do país correspondente: 15 dias úteis</p> <p>B4. comentários sobre propostas de RT e PAC, que devem ser recebidos e enviados ao órgão regulador correspondente com presteza ou ao Ponto Focal TBT de outro país, quando for o caso; se respostas forem recebidas do órgão regulador, elas devem ser enviadas a quem ofereceu os comentários: 2 dias úteis</p>								
OBJETIVO DO INDICADOR (CONTRIBUIÇÃO):	Mensurar a qualidade dos serviços prestados pelo Inmetro relacionados à superação de barreiras técnicas.								
FÓRMULA DE CÁLCULO:	<p>Indicador (percentual) = a x (%TA:A1 + %TA:A2 +%TA:B1 +%TA:B3 +%TA:B4)/5+ b x %SC, onde</p> <p>%TA:xx é o percentual de demandas que recebem tratamento adequado para cada categoria de atividade conforme descrição acima;</p> <p>%SC é o percentual de satisfação dos clientes, para todas as atividades (metodologia de pesquisa com periodicidade anual desenvolvida em 2021, com aplicação para levantamento da linha de base);</p> <p>a é peso da avaliação da qualidade e do atendimento de prazos pelos gestores das atividades (em 2021 = 100%, diminuindo 10% ao ano até atingir 50% em 2026); e</p> <p>b é peso da avaliação da satisfação dos clientes com base em pesquisa a ser aplicada anualmente (em 2021 = 0%, aumentando 10% ao ano até atingir 50% em 2026).</p>								
FONTE DO DADO:	Relatórios de resultados internos								
PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:	Semestral								
UNIDADE DE MEDIDA:	Percentual								
CLASSIFICAÇÃO:	(X) Eficiência			() Eficácia			() Efetividade		
POLARIDADE:	(X) Positiva (quanto maior, melhor)			() Negativa (quanto menor, melhor)					
PREMISSAS:	1. Continuidade do envio de demandas por parte dos clientes; 2. Capacidade de atendimento às demandas, incluindo infraestrutura física, principalmente de TIC; recursos humanos capacitados; recursos financeiros e participação em reuniões nacionais e internacionais relevantes.								
HISTÓRICO E METAS									
HISTÓRICO:									
* O histórico de 2018 a 2020 refere-se à categoria de demandas "consultas técnicas" e não contempla as demais categorias, que passaram a ser coletadas a partir de 2021.									
2018*	2019*	2020*	2021	2022	1º sem/2023				
88%	74%	60%	96,96%	93,92%	93,22%				
METAS:									
Atualmente o indicador é a combinação do resultado da pesquisa de satisfação e dos indicadores de serviço propriamente ditos. Esse índice da pesquisa de satisfação está aumentando ano a ano até chegar ao patamar de 50 % de participação no indicador, o que essa Caint crê que é adequado e desafiante, visto que temos um subindicador de produção conjugado com pesquisas de satisfação, que possuem um certo grau de subjetividade. Se verificarmos os resultados anuais, observa-se um decréscimo do índice. Deve-se ressaltar que não havia indicadores para alguns processos e eles foram criados em 2021 e eles se encontram de alguma forma ainda em construção. Sendo assim, o índice de 80 % ainda é desafiante.									

2024	2025	2026							
80%	80%	80%							

Macroprocessos – Controle Metrológico Legal e Desenvolvimento e manutenção de regulamentos técnicos e programas de avaliação da conformidade

6) **Objetivo de Desempenho:** Assegurar confiança às medições e às quantidades em prol de transações comerciais justas e da saúde e segurança do cidadão; e Assegurar que produtos críticos sejam submetidos à avaliação da conformidade e/ou regulamentados, de modo a permitir que os agentes de mercado tenham conhecimento de suas características técnicas.

Indicador 6.1) Índice de cumprimento do Plano de Desburocratização em Metrologia Legal e Avaliação da Conformidade

NOME DO INDICADOR:	Índice de cumprimento do Plano de Desburocratização em Metrologia Legal e Avaliação da Conformidade
ENTIDADE:	Diretoria de Metrologia Legal (DIMEL) e Diretoria de Avaliação da Conformidade (DCONF)
DETALHAMENTO	
DESCRIÇÃO (O QUE É MEDIDO):	<p>O indicador mede o índice de simplificação/redução de regulamentos para o processo de regulamentação técnica de produtos e serviços conforme o Plano de Desburocratização.</p> <p>A simplificação do arcabouço regulatório é de extrema importância para o setor produtivo, trazendo melhorias a todo o processo produtivo, podendo reduzir os custos de produção e de prestação de serviços no Brasil.</p> <p>O índice mede a quantidade de regulamentos simplificados/revogados em relação ao total de regulamentos daquela área de acordo com o previsto no Plano de Desburocratização, sendo apresentados os índices referentes à Metrologia Legal e à Avaliação da Conformidade.</p> <p>Para realizar o índice, em 2024 será executado o que foi planejado até o momento no Plano de Desburocratização e haverá a atualização deste Plano que irá prever os prazos e o escopo de otimização dos regulamentos até 2025. A cada biênio (ciclo de planejamento de regulamentação no Inmetro) deverá ser atualizado o Plano de Desburocratização. Para o biênio 2026/2027 haverá uma nova atualização do Plano.</p> <p>Caso não seja possível simplificar ou revogar um regulamento previsto, a área técnica enviará um parecer com os motivos de manter o regulamento como está e a revisão com vistas a simplificar será considerada para o cálculo do índice.</p> <p>O valor total do índice total será a média aritmética dos índices por área finalística.</p>
OBJETIVO DO INDICADOR (CONTRIBUIÇÃO):	Otimizar o arcabouço regulatório do Inmetro. Contribuindo para a transparência e previsibilidade aos diversos setores regulados, além de funcionar como um mecanismo de promoção da participação social no processo de regulamentação técnica de produtos e serviços, buscando o aumento da eficiência do mesmo.
FÓRMULA DE CÁLCULO:	<p>Percentual de regulamentos simplificados ou revogados em relação ao total de regulamentos:</p> <p>2024 = Execução do planejado no Plano de Desburocratização até dezembro de 2024 e atualização do Plano de Desburocratização até dezembro de 2025.</p> <p>Prazo para apresentação do Plano de Desburocratização atualizado para o biênio: julho/2024</p> <p>$Imleg = 100 * (\text{regulamentos simplificados em Metrologia Legal} / \text{total de regulamentos em Metrologia Legal previstos no Plano de Desburocratização})$</p> <p>$laconf = 100 * (\text{regulamentos simplificados em Avaliação da Conformidade} / \text{total de regulamentos em Avaliação da Conformidade previstos no Plano de Desburocratização})$</p> <p>$Itotal = (Imleg + laconf)/2$</p>
FONTE DO DADO:	Dimel e Dconf

PERIODICIDADE DE APURAÇÃO:	Anual									
UNIDADE DE MEDIDA:	%									
CLASSIFICAÇÃO:	(X) Eficiência			() Eficácia				() Efetividade		
POLARIDADE:	(X) Positiva (quanto maior, melhor)					() Negativa (quanto menor, melhor)				
PREMISSAS:	<p>Para atendimento às metas do indicador, faz-se necessário:</p> <p>- Atualização do Plano de Desburocratização com a previsão dos devidos requisitos de simplificação por regulamento para toda a vigência do Contrato, sendo que o biênio 2024/2025 será atualizado até julho de 2024 e o biênio 2026/2027 até julho de 2026.</p> <p>Cabe ressaltar que:</p> <p>1. O processo de regulamentação técnica deve ser previsível e, portanto, pautado numa Agenda Regulatória de conhecimento público. Além disso, é desenvolvido com a participação ativa dos diversos segmentos da sociedade impactados pela respectiva regulamentação.</p> <p>2. O processo de simplificação de regulamentos deve seguir as melhores práticas regulatórias e os normativos do Governo Federal (determinam a utilização de AIR/ARR para o processo) o que aumenta em muito os prazos para concluir as alterações necessárias.</p>									
HISTÓRICO E METAS										
HISTÓRICO										
Não há, trata-se de um indicador novo.										
METAS:										
Este é um processo e um indicador novo, a estimativa das metas será realizada após a primeira atualização do Plano de Desburocratização, prevista para conclusão em Julho de 2024.										
2024				2025	2026					
Conclusão do Plano de Desburocratização 2023/2024				A definir	A definir					

ANEXO IV - SISTEMÁTICA DE PONTUAÇÃO

A pontuação global será dada pelo enquadramento da Nota Parcial do Contrato de Desempenho nas faixas descritas no quadro a seguir:

Nota Parcial do Contrato de Desempenho	Pontuação Global
Maior ou igual a 90,00	100,00
Entre 85,00 e 89,99	90,00
Entre 80,00 e 84,99	82,50
Entre 70,00 e 79,99	70,00
Entre 60 e 69.99	50.00
Menor que 60	0,00

Cálculo da Nota Parcial

A Nota Parcial do Contrato de Desempenho (Np) será medida pela multiplicação por 10 da soma da nota relativa ao alcance das metas de negócio (Nmn) multiplicada por 0,9com a nota relativa ao alcance dos objetivos de desenvolvimento institucional (Nod) multiplicada por 0,5.

A pontuação global será medida em duas casas decimais e não poderá ultrapassar 100,00 pontos.

Deste modo, a fórmula de cálculo da Nota parcial do Contrato de Desempenho é:

$$Np = [(Nmn \times 0,9) + (Nod \times 0,5)] \times 10$$

Np = Nota parcial do Contrato de Desempenho;

Nmn = Nota relativa ao alcance das metas de negócio;

Nod = Nota relativa ao alcance dos objetivos de desenvolvimento institucional;

a) Nota relativa ao alcance das metas de negócio (Nmn):

A Nmn corresponde a 90%da Nota Parcial do Contrato de Desempenho. Será calculado, para cada um dos indicadores de desempenho constantes do Plano de Trabalho do Contrato de Desempenho, o esforço no alcance da meta acordada, o que implicará na determinação de notas variando de 5 (cinco) a 10 (dez) para cada um dos indicadores, conforme a relação entre o resultado observado e a meta acordada, segundo a escala abaixo:

Indicador de Desempenho	
Resultado Observado	Nota Atribuída
Maior ou igual a 96%	10
Entre 91% e 95,99%	9,5
Entre 81% e 90,99%	8.5
Entre 71% e 80,99%	7
Entre 60% e 70,99%	6
Menor que 60%	5

Os pesos serão atribuídos de acordo com o grau de importância de cada indicador, considerando-se peso 3 (três) para os indicadores com a dimensão de eficiência, peso 4 (quatro) para a de eficácia e peso 5 (cinco) para a de efetividade.

A nota relativa ao alcance das metas de negócio (Nmn) será calculada pela média ponderada das notas atribuídas aos indicadores de desempenho, com duas casas decimais.

$$= \frac{\sum_{i=1}^m n_i \times p_i}{\sum_{i=1}^m p_i}$$

Onde:

Ni= nota do i-ésimo indicador Pi= peso do i-ésimo indicador m = número total de indicadores

b) Nota relativa ao alcance dos objetivos de desenvolvimento institucional (Nod): A Nod corresponde a 10% da pontuação global do contrato. Será avaliado, para cada um dos objetivos finalísticos contidos no Contrato de Desempenho, o esforço do INMETRO em atingilo, o que acarretará a atribuição de notas variando de 0 a 2, conforme o resultado observado, segundo o quadro abaixo:

Avaliação do objetivo finalístico		
Resultado Observado	Execução do objetivo	Nota Atribuída
Não cumprido	0 - 30%	0
Parcialmente cumprido	31 - 70%	1
Satisfatoriamente cumprido	71 -100%	2

A Nod será calculada pela média aritmética das notas atribuídas a cada objetivo, com duas casas decimais, e resultará em um número compreendido entre 0 e 2.

ANEXO V - DEMONSTRATIVO DE COMPATIBILIDADE DO PLANO ORÇAMENTÁRIO ANUAL DE 2024 (41789192)



Documento assinado eletronicamente por **Geraldo José Rodrigues Alckmin Filho, Ministro(a) de Estado**, em 02/05/2024, às 18:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO ANDRE OLIVEIRA BRITO, Usuário Externo**, em 02/05/2024, às 19:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Haddad, Ministro(a) de Estado**, em 03/05/2024, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Esther Dweck, Ministro(a) de Estado**, em 03/05/2024, às 18:15, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.economia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **41792326** e o código CRC **12AC0578**.